

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	21
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	24
----------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	55
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	56
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	57
---	----

Pareceres e Declarações

Índice

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	58
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2014	Ordinária		0,05193
Reunião do Conselho de Administração	05/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2014	Preferencial		0,05193
Previsto no Estatuto da Empresa		Dividendo		Ordinária		0,01863
Previsto no Estatuto da Empresa		Dividendo		Preferencial		0,01863

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	104.297	100.412	89.194
1.01	Ativo Circulante	19.847	18.569	8.609
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.016	5.138	3.634
1.01.01.01	Caixa e Bancos	288	140	1.007
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.728	4.998	2.627
1.01.03	Contas a Receber	13.470	10.255	2.509
1.01.03.01	Clientes	13.470	10.255	2.509
1.01.04	Estoques	361	1.214	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.000	1.962	2.466
1.01.08.03	Outros	2.000	1.962	2.466
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	87	282	888
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.444	1.181	1.044
1.01.08.03.03	Juros s/Capital Próprio a Receber	469	499	534
1.02	Ativo Não Circulante	84.450	81.843	80.585
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.667	24.577	19.627
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	5.866
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	5.866
1.02.01.04	Estoques	11.786	11.670	6.322
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	11.786	11.670	6.322
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.501	11.527	7.439
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	799	680	549
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.702	10.847	6.890
1.02.02	Investimentos	51.674	46.466	45.079
1.02.02.01	Participações Societárias	51.674	46.466	45.079
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	51.672	46.464	45.077
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	11.109	10.800	15.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.109	10.800	15.879

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	104.297	100.412	89.194
2.01	Passivo Circulante	7.676	8.512	2.944
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	585	409	249
2.01.01.01	Obrigações Sociais	585	409	249
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	585	409	249
2.01.02	Fornecedores	2.091	2.776	652
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.091	2.776	652
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.305	2.980	672
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.305	2.980	672
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.268	1.230	176
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.037	1.750	496
2.01.05	Outras Obrigações	1.162	879	486
2.01.05.02	Outros	1.162	879	486
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	503	0	0
2.01.05.02.04	Salários	562	783	394
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	51	96	92
2.01.06	Provisões	1.533	1.468	885
2.01.06.02	Outras Provisões	1.533	1.468	885
2.02	Passivo Não Circulante	51.450	51.919	54.097
2.02.02	Outras Obrigações	0	20	64
2.02.02.02	Outros	0	20	64
2.02.03	Tributos Diferidos	49.450	49.899	52.418
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.450	49.899	52.418
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.322	43.751	46.251
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	6.128	6.148	6.167
2.02.04	Provisões	2.000	2.000	1.615
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.000	2.000	1.615
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.000	2.000	1.615

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	45.171	39.981	32.153
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	53.896	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.895	11.934	11.842
2.03.04	Reservas de Lucros	5.229	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	354	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.875	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-25.849	-33.585

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.557	35.615	15.901
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	61.652	37.967	17.093
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-5.095	-2.352	-1.192
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.556	-21.624	-7.961
3.03	Resultado Bruto	14.001	13.991	7.940
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.791	-11.076	-4.528
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.397	-8.659	-7.633
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1.629
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.058	-3.804	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.664	1.387	1.476
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.210	2.915	3.412
3.06	Resultado Financeiro	1.656	1.440	1.889
3.06.01	Receitas Financeiras	2.819	2.578	3.213
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.163	-1.138	-1.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.866	4.355	5.301
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.791	3.323	3.492
3.08.01	Corrente	-1.910	3.193	3.644
3.08.02	Diferido	119	130	-152
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.075	7.678	8.793
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.075	7.678	8.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,26207	0,28430	0,32566
3.99.01.02	PN	0,26207	0,28430	0,32566

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	7.075	7.678	8.793
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-39	92	-6.684
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.036	7.770	2.109

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	832	2.030	1.384
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.321	6.785	2.460
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	7.075	7.678	8.793
6.01.01.02	Depreciação e amortização	319	292	599
6.01.01.03	Baixa de precatórios a receber	0	3.848	0
6.01.01.04	Créditos fiscais - prejuízos fiscais	601	-3.957	-4.490
6.01.01.05	Baixa extrato refs	-30	-1.370	-1.655
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	-2.664	-1.387	-1.476
6.01.01.07	Provisão para contingência	0	385	-447
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.066	1.102	1.354
6.01.01.09	Diferimento de impostos	-46	194	152
6.01.01.10	Juros a receber a long prazo - precatório	0	0	-370
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.489	-4.755	-1.076
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-598	-526	-690
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado	-628	-561	-690
6.02.02	Juros sobre capital próprio recebidos	30	35	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.356	0	-5
6.03.01	Juros sobre capital próprio pagos	-1.356	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.122	1.504	689
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.138	3.634	2.945
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.016	5.138	3.634

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-25.849	0	0	23.944	0	-1.905
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-503	0	-503
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402	0	-1.402
5.04.08	Redução do Capital Social	-25.849	0	0	25.849	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.075	0	7.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.075	0	7.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	5.229	-5.170	0	20
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.875	-4.875	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	354	-354	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.678	0	7.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.678	0	7.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	92	0	58	0	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	150	0	0	0	150
5.07	Saldos Finais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.793	0	8.793
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.684	0	386	0	-6.298
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-386	0	386	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-6.298	0	0	0	-6.298
5.07	Saldos Finais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	61.652	37.967	17.093
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.652	37.967	17.093
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.618	-20.072	-4.361
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-33.478	-15.222	-5.241
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.140	-4.850	880
7.03	Valor Adicionado Bruto	26.034	17.895	12.732
7.04	Retenções	-319	-292	-599
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-319	-292	-599
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.715	17.603	12.133
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.483	3.965	4.689
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.664	1.387	1.476
7.06.02	Receitas Financeiras	496	271	639
7.06.03	Outros	2.323	2.307	2.574
7.06.03.01	Juros Sobre o Capital Próprios Recebidos	2.323	2.307	2.574
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.198	21.568	16.822
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.198	21.568	16.822
7.08.01	Pessoal	15.080	11.341	7.419
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.983	10.230	6.723
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.097	739	454
7.08.01.04	Outros	0	372	242
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.880	1.411	-714
7.08.02.01	Federais	6.510	685	-1.018
7.08.02.03	Municipais	1.370	726	304
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.163	1.138	1.324
7.08.03.03	Outras	1.163	1.138	1.324
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.075	7.678	8.793
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.402	0	0
7.08.04.02	Dividendos	503	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.170	7.678	8.793

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	156.298	152.651	144.503
1.01	Ativo Circulante	99.298	93.392	86.342
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.412	10.963	16.635
1.01.01.01	Caixa e Bancos	479	1.465	3.921
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	22.933	9.498	12.714
1.01.03	Contas a Receber	64.417	72.799	57.686
1.01.03.01	Clientes	49.746	67.155	49.060
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	6.911	19.303	24.656
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	42.835	47.852	24.404
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.671	5.644	8.626
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Créditos	9.024	5.644	8.626
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	5.647	0	0
1.01.04	Estoques	10.212	7.847	9.404
1.01.04.01	Material de Construção Revenda	4.240	6.219	3.079
1.01.04.02	Material de Revenda	4.678	7	4.354
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	1.294	1.621	1.971
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.257	959	798
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	824	1.819
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	824	1.819
1.02	Ativo Não Circulante	57.000	59.259	58.161
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.713	25.257	20.937
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	6.496
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	6.496
1.02.01.04	Estoques	11.786	11.670	6.322
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	11.786	11.670	6.322
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.547	12.207	8.119
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.845	1.360	1.229
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.702	10.847	6.890
1.02.02	Investimentos	12	12	12

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	33.271	33.050	36.376
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.271	33.050	36.376
1.02.04	Intangível	1.004	940	836

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	156.298	152.651	144.503
2.01	Passivo Circulante	53.675	51.156	43.089
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.476	2.306	1.807
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.476	2.306	1.807
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	2.476	2.306	1.807
2.01.02	Fornecedores	14.568	15.570	11.641
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.568	15.570	11.641
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.388	8.848	8.108
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.388	8.848	8.108
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	1.268	1.230	176
2.01.03.01.03	Parcelamento Lei 11941	0	755	3.723
2.01.03.01.04	Outros	7.120	6.863	4.209
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.616	9.890	10.173
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.616	9.890	10.173
2.01.05	Outras Obrigações	5.727	6.284	4.750
2.01.05.02	Outros	5.727	6.284	4.750
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	503	0	0
2.01.05.02.04	Salários	4.069	5.155	3.731
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.109	1.104	958
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	0	25	61
2.01.06	Provisões	7.900	8.258	6.610
2.01.06.02	Outras Provisões	7.900	8.258	6.610
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	7.900	8.258	6.610
2.02	Passivo Não Circulante	57.423	61.486	69.234
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.373	4.315	9.162
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.373	4.315	9.162
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.373	4.315	9.162
2.02.02	Outras Obrigações	49.450	53.171	56.457

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02	Outros	49.450	53.171	56.457
2.02.02.02.03	Obrig Tributária Refis - Lei 9964/2000	43.322	43.751	46.251
2.02.02.02.04	Obrig Tributária - Outros	0	3.252	3.730
2.02.02.02.05	Obrig Tributária - Reavaliação	6.128	6.148	6.167
2.02.02.02.06	Conta Corrente Consórcio	0	0	245
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	0	20	64
2.02.04	Provisões	4.600	4.000	3.615
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	45.200	40.009	32.180
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	53.896	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.895	11.934	11.842
2.03.03.01	Ativos Próprios	11.895	11.934	11.842
2.03.04	Reservas de Lucros	5.229	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	354	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.875	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-25.849	-33.585
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29	28	27

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	332.742	287.589	218.242
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	369.198	311.377	239.564
3.01.02	Deduções	-36.456	-23.788	-21.322
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-295.840	-255.448	-194.175
3.03	Resultado Bruto	36.902	32.141	24.067
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.592	-22.252	-12.620
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.868	-18.082	-15.969
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	3.349
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.724	-4.170	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.310	9.889	11.447
3.06	Resultado Financeiro	-4.830	-4.870	-5.239
3.06.01	Receitas Financeiras	1.400	548	911
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.230	-5.418	-6.150
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.480	5.019	6.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.404	2.661	2.588
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.076	7.680	8.796
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.076	7.680	8.796
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.075	7.678	8.793
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	2	3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.076	7.680	8.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-39	92	-6.684
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.037	7.772	2.112
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.036	7.770	2.109
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	2	3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.197	4.991	9.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.088	13.008	10.985
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	7.075	7.678	8.793
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.459	3.904	4.312
6.01.01.03	Efeito líquido baixa imobilizado	1.254	498	2.955
6.01.01.04	Crédito fiscais - prejuízos fiscais	601	-3.957	-4.490
6.01.01.05	Baixa extrato refis	-30	-1.370	-1.655
6.01.01.06	Baixa de precatórios a receber	0	3.848	0
6.01.01.07	Juros a receber a longo prazo - precatório	0	0	-370
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.233	1.393	2.062
6.01.01.09	Provisão para contingência	600	385	-947
6.01.01.10	Diferimento de impostos	895	627	322
6.01.01.12	Participação minoritários no resultado	1	2	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-891	-8.017	-1.221
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.174	-5.533	-5.689
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e intangível	-5.174	-5.533	-5.689
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.426	-5.130	4.067
6.03.01	Juros sobre o capital próprio pagos	-1.358	0	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	3.784	-5.130	4.067
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.449	-5.672	8.142
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.963	16.635	8.493
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.412	10.963	16.635

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-25.849	0	0	23.944	0	-1.905	0	-1.905
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-503	0	-503	0	-503
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402	0	-1.402	0	-1.402
5.04.08	Redução do Capital Social	-25.849	0	0	25.849	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.075	0	7.075	1	7.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.075	0	7.075	1	7.076
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	5.229	-5.170	0	20	0	20
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.875	-4.875	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20	0	0
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	354	-354	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.678	0	7.678	1	7.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.678	0	7.678	1	7.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	92	0	58	0	150	0	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	150	0	0	0	150	0	150
5.07	Saldos Finais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658	24	29.682
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658	24	29.682
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.793	0	8.793	3	8.796
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.793	0	8.793	3	8.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.684	0	386	0	-6.298	0	-6.298
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-386	0	386	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-6.298	0	0	0	-6.298	0	-6.298
5.07	Saldos Finais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	369.198	311.377	239.564
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	369.198	311.377	239.564
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.715	-178.850	-117.976
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-186.709	-169.375	-116.695
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.006	-9.475	-1.281
7.03	Valor Adicionado Bruto	173.483	132.527	121.588
7.04	Retenções	-4.459	-3.904	-4.312
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.459	-3.904	-4.312
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	169.024	128.623	117.276
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.400	548	911
7.06.02	Receitas Financeiras	1.400	548	911
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	170.424	129.171	118.187
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	170.424	129.171	118.187
7.08.01	Pessoal	109.503	78.056	69.250
7.08.01.01	Remuneração Direta	100.045	69.767	61.351
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.458	5.901	5.960
7.08.01.04	Outros	0	2.388	1.939
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.614	38.016	33.990
7.08.02.01	Federais	32.915	27.414	24.818
7.08.02.02	Estaduais	195	923	1.858
7.08.02.03	Municipais	14.504	9.679	7.314
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.230	5.418	6.150
7.08.03.03	Outras	6.230	5.418	6.150
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.076	7.680	8.796
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.402	0	0
7.08.04.02	Dividendos	503	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.170	7.678	8.793
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1	2	3
7.08.05	Outros	1	1	1

Relatório da Administração

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Atividades da Companhia e Perspectivas para 2015

A Azevedo & Travassos S.A. (Companhia), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas duas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, apesar de um cenário de incertezas na economia do País, continuarão demandando serviços e necessitando de empresas com a expertise e a credibilidade das empresas do grupo Azevedo & Travassos. Em resumo, as perspectivas são as seguintes:

1.1 Azevedo & Travassos S.A.

Construção Pesada

A Companhia vem participando, ativamente, de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, área em que tem grande tradição e cujos investimentos, nada obstante os atuais níveis de crescimento econômico do País deverão continuar no âmbito federal nos próximos anos. Estimam-se também investimentos neste segmento pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras da Grande São Paulo, região onde a Companhia apresenta boa competitividade.

1.2 Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

a) Construção Pesada e Construção Civil

A ATE atua no segmento de Construção Industrial que tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

b) Montagem Eletromecânica

No segmento de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e de montagem eletromecânica, onde se concentra a principal atividade da ATE, seus principais clientes são: PETROBRAS, concessionárias de gás, mineradoras e indústrias petroquímicas. Devido a atual conjuntura pela qual passa a PETROBRAS, poderá haver uma diminuição no ritmo dos seus investimentos, com a consequente queda nas contratações de obras e serviços para 2015. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas "on shore", acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio. Quanto ao mercado de concessionárias de gás, a ATE vem aumentando sua atuação, tendo como clientes a COMGÁS (São Paulo), a CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), a SCGÁS (Santa Catarina), a BAHIAGÁS (Bahia) e a BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo). Ainda no segmento de dutos, abriu-se nova frente de negócios com as concessionárias de aeroportos, devido a demanda de instalações de tubulações para as redes de abastecimento das

Relatório da Administração

aeronaves, com destaque para as concessionárias dos aeroportos de Viracopos e de Guarulhos. Como consequência do esforço comercial para ampliar a carteira de Clientes da ATE, já foram firmados, para 2015, contratos com a concessionária do aeroporto do Galeão, COPERSUCAR e RAIZEN. A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área.

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1) Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua ampliando a execução dos serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área “*off shore*”.

c.2) Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

d) Desenvolvimento Imobiliário

A Companhia e a sua controlada ATE possuem mais de 100 mil m² em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo. O desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, visando atender a demanda de imóveis para a população de média e baixa renda, faz parte da estratégia da Companhia.

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 Receita

a) Azevedo & Travassos S/A.

Em 2014, a Receita Bruta alcançou o valor de R\$ 61.652 mil (R\$ 37.967 mil em 2013), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e de execução de obras para as Prefeituras dos Municípios de São Paulo, de Barueri e de Mogi das Cruzes, DER-SP e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. O incremento da receita bruta em 2014, em relação a 2013, foi de 62,4%.

A expectativa para 2015, dentro de um viés conservador, é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 25.000 mil, considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE, o término das obras acima citadas e que novas obras que venham a ser contratadas, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2016.

A Receita Financeira de 2014 foi de R\$ 2.819 mil, ante R\$ 2.578 mil em 2013, incluída a receita financeira referente aos Juros sobre Capital Próprio pagos pela ATE.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

A Receita Bruta de 2014 foi de R\$ 316.958 mil, ante o valor de R\$ 283.175 mil ocorrido em 2013, representando um crescimento de 11,9%.

A previsão para 2015 é que a receita se mantenha no mesmo patamar de 2014, ou seja, entre R\$ 300.000 mil e R\$ 350.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações.

A Receita Financeira de 2014 foi de R\$ 858 mil, contra R\$ 262 mil ocorrida em 2013.

Relatório da Administração

c) Consolidado

A receita bruta em 2014 foi de R\$ 369.198 mil e o registrado em 2013 foi de R\$ 311.377 mil, representando um incremento de, aproximadamente, 18,5%.

Para 2015, a previsão é que a receita alcance o montante de R\$ 350.000 mil, dentro do cenário atual do mercado e da premissa de que os contratos em andamento e aqueles em fase adiantada de negociações terão suas realizações confirmadas pelos Clientes no período.

2.2 Endividamento

a) Azevedo & Travassos S/A.

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.590 mil (R\$ 44.981 mil em 2013), são os passivos mais relevantes da Companhia. Ver Nota Explicativa 20 item b.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes dos débitos incluídos no programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais. Em junho de 2014, a Secretaria da Receita Federal notificou a Companhia, para adequar a parcela que vinha sendo paga, de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. A Companhia, apesar de entender que essa exigência não constava das normas de regência do parcelamento, houve por bem alterar a sistemática de pagamento até então adotada, correspondente a 1,2% da Receita Bruta, passando a utilizar o novo critério definido pela Receita Federal, que calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês (429 parcelas em junho/2014).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O endividamento bancário, em 2014, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (leasing, CDC e FINAME) ficou em R\$ 17.989 mil (R\$ 13.067 mil em 2013). Este aumento foi provocado pela necessidade de reforço de capital de giro e aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das obras OCVAP e Emissário do COMPERJ, ambas contratadas com a PETROBRAS. Em 30/10/14, foi quitado o saldo devedor do parcelamento do REFIS – IV (Lei 11.941), com os benefícios previstos pelo art. 33 da Medida Provisória 651/2014, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/2014. O referido saldo devedor, no montante de R\$ 3.634 mil, foi pago em espécie no valor de R\$ 1.090 mil e com créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa no valor de R\$ 2.544 mil, cedidos pela Companhia, através de Instrumento Particular de Cessão e Confissão de Dívida. Ver Nota Explicativa 14.

Em 16/12/2014, após aprovação pelo Conselho de Administração de proposta da Diretoria, foi feita a capitalização desse valor na ATE, através de Aumento de Capital, passando seu Capital Social de R\$ 13.865 mil para R\$ 16.410,5 mil. Este aumento de Capital, além de importar na elevação do seu patrimônio, também trouxe reflexos positivos nos seus índices de liquidez e de endividamento.

2.3 Resultados

a) Azevedo & Travassos S/A.

O lucro líquido da controladora foi de R\$ 7.075 mil, próximo ao resultado de 2013 de R\$ 7.678 mil, sendo a influência da Equivalência Patrimonial da controlada ATE de R\$ 2.664 mil (R\$ 1.387 mil em 2013).

Relatório da Administração

Em 30/04/14, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a redução do Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 25.849 mil, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31/12/2013.

O quadro, a seguir, mostra a evolução da queda dos prejuízos acumulados e a subsequente apuração de lucros retidos:

Prejuízos Acumulados / Lucros Retidos – ATSA em R\$ mil					
Rubrica / ano	2010	2011	2012	2013	2014
(Prejuízos Acum.) / Lucros Retidos	(50.841)	(42.764)	(33.585)	(25.849)	4.875

Em 31/12/14, a empresa dispunha de R\$ 3.728 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 4.998 mil em 31/12/13.

As despesas financeiras de R\$ 1.163 mil (R\$ 1.138 mil em 2013), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS - I, continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa

b) Crédito Fiscal Diferido do Prejuízo Fiscal

O Conselho de Administração aprovou, em 23/02/15, o Estudo Técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal e da Base de Cálculo Negativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”, apresentado pela Diretoria, quanto à manutenção do crédito fiscal diferido, no exercício findo em 31/12/2014, no valor de R\$ 5.813 mil. Este estudo técnico apresentou a perspectiva de realização do crédito fiscal a valor presente de R\$ 7.605 mil, superior, portanto, ao saldo de R\$ 5.813 mil. Acrescente-se a este saldo, a quantia de R\$ 1.889 mil, referente ao Imposto de Renda provisionado em 2012 sobre a Reserva de Reavaliação, totalizando o montante de R\$ 7.702 mil, lançado na conta do Ativo na rubrica Créditos Fiscais - Prejuízos Fiscais. Ver Nota Explicativa 20 item e.

O referido Estudo Técnico foi elaborado com base na Deliberação CVM nº 273/98 (item 029) e artigo 4º da Instrução CVM 371/02, tendo sido analisado pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes.

c) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

As principais rubricas da controlada ATE, ao final do exercício de 2014, estão assim demonstradas:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil		
	2014	2013		2014	2013
Ativo	<u>107.295</u>	<u>98.990</u>	Receita Bruta	<u>316.958</u>	<u>283.175</u>
Circulante	82.662	74.273	Receita Líquida Serviços	285.598	262.042
Realizável L. Prazo	1.046	680	Lucro Bruto	31.295	26.761
Permanente	23.587	24.037	Lucro Antes IR e CSLL	4.278	2.043
			Lucro Antes da Reversão dos Juros s/ Capital Próprio	2.665	1.389
Passivo	<u>107.295</u>	<u>98.990</u>			
Circulante	49.621	43.311	Reversão dos juros sobre Capital Próprio	2.325	2.308
Exigível a L. Prazo	5.973	9.188			
Patrimônio Líquido	51.701	46.491	Lucro Líquido do Exercício	4.990	3.697

Relatório da Administração

Observa-se que o Patrimônio Líquido teve um aumento de 11,2% em comparação com o do ano de 2013. Verifica-se que a relação Lucro Bruto / Receita Bruta em 2014 foi de 9,9%, mantendo-se próxima a do ano anterior (9,5%).

A empresa dispunha, em 31/12/14, o valor de R\$ 19.115 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 4.500 mil em 31/12/13.

As despesas financeiras, incluindo juros sobre o Capital Próprio, pagos à Controladora, importaram, no exercício de 2014, no montante de R\$ 7.111 mil (contra R\$ 6.575 mil no exercício de 2013).

c) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda (ATDI-I)

Em 2014, a ATDI-I apresentou prejuízo de R\$ 427 mil, que teve reflexo no balanço da ATE, através da Equivalência Patrimonial. Estas perdas foram motivadas, principalmente, pela consolidação e quitação antecipada do saldo do financiamento assumido com o Banco do Brasil S.A. quando, despesas como taxas de repasse à outras instituições financeiras, que estavam sendo discutidas administrativamente, tiveram que ser reconhecidas. Também foi fator importante nesse resultado negativo, o reconhecimento, como perda, de verbas devidas pelos compradores com base nos contratos de Compromisso de Compra e Venda, face ao atraso na obtenção de financiamento pelos mesmos, como multas, juros, condomínio, IPTU, etc., pelo entendimento de ser remota a perspectiva de êxito na cobrança e recebimento das mesmas.

d) Consolidado

O lucro líquido do Consolidado ficou em R\$ 7.075 mil em 31/12/2014, contra R\$ 7.678 mil em 31/12/2013.

f) Geração de Caixa (LAJIDA)

O quadro adiante mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado da ATSA e da controlada ATE nos anos de 2014 e 2013.

	CONSOLIDADO - R\$ mil		ATE - R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (antes do IR e CSLL)	10.480	5.019	4.278	2.043
Despesas Financeiras	6.230	5.418	7.111	6.575
Receitas Financeiras	(1.400)	(548)	(858)	(262)
Depreciação e Amortização	4.459	3.904	4.140	3.612
LAJIDA	19.769	13.793	14.671	11.968

O valor da LAJIDA do Consolidado, em 2014, ficou superior ao do ano de 2013 em 43.3% , enquanto o da ATE ficou superior em 22,6%.

2.4 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da ATSA atingiu, em 31/12/14, o montante de R\$ 45.171 mil. Este resultado mantém o crescimento desta rubrica, nos últimos anos, conforme adiante demonstrado:

Patrimônio Líquido – ATSA em R\$ mil					
Rubrica / ano	2010	2011	2012	2013	2014
Patrimônio Líquido	21.581	29.658	32.153	39.981	45.171

Relatório da Administração

3. Dividendos / Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado do período, correspondendo ao valor de R\$ 1.695 mil, aproximadamente R\$ 0,0627 por ação. Em 30/12/14, em antecipação aos dividendos acima citados e *ad referendum* da AGO, foi reconhecido e pago Juros sobre Capital Próprio, no valor bruto de R\$ 1.402 mil e valor líquido de R\$ 1.192 mil, após a retenção de 15% de Imposto de Renda, conforme informado no FATO RELEVANTE, publicado em 05/12/14. Resta a pagar o saldo do dividendo mínimo, no valor líquido de R\$ 503 mil, conforme proposta da Administração a ser submetida à próxima Assembléia Geral Ordinária. Ver Nota Explicativa 16.

4. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

As avaliações realizadas por empresa especializada dos equipamentos e máquinas da Companhia e da ATE constaram que o valor justo, dos itens mais representativos, situa-se em patamar superior ao valor contábil e residual dos mesmos. Em relação aos terrenos da Companhia, avaliações feitas, por empresa especializada, bem como os valores venais de referência para cálculo do ITBI, indicam que os valores de mercado estão significativamente superiores aos registrados na Contabilidade.

5. Investimentos da Azevedo & Travassos Engenharia

Em 2014 foram investidos R\$ 4.546 mil, pela controlada ATE, na aquisição de equipamentos para atendimento às necessidades operacionais das suas Áreas de Negócios. Valores menores foram aplicados em Tecnologia da Informação, no projeto do Sistema Gestão Integrada - SGI e no Treinamento de Pessoal.

6. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente e na evolução de desempenho das empresas do grupo. A questão ambiental é voltada para a prevenção de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos empregados são proporcionadas condições seguras de trabalho e orientações para aperfeiçoamento profissional. A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo GRI – Global Reporting Initiative, Instituto ETHOS, dentre outros.

7. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

8. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2014. Destaca-se que as demonstrações financeiras do Consolidado foram preparadas conforme Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil – CPC's. As

Relatório da Administração

demonstrações financeiras individuais, apresentadas em conjunto com o consolidado, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração agradece aos que colaboraram durante o exercício findo e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2015.

São Paulo, 13 de março de 2015.

Renato de Almeida Pimentel Mendes
Diretor

Aluizio Guimarães Cupertino
Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2014 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM e Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2015 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 25.000..
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2015 cerca de R\$ 300.000 a 350.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.

Notas Explicativas

- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 20bIII)
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na área urbana da cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h5) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Até 31 de dezembro de 2013 essas demonstrações financeiras individuais não eram consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de

Notas Explicativas

2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

Notas Explicativas

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros conseqüentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidos no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. Por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, esses valores foram lançados no passivo circulante.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a ATE se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

Notas Explicativas

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2014	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	99,0% CDI	1.589	3.251	18.458	7.575
Banco Bradesco	CDB-DI	100,0% CDI	1.014	-	1.289	170
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	98% CDI	1.125	1.747	1.125	1.747
Banco Hsbc	DI -LONGO PRAZO	100% CDI	-	-	2.052	-
Outros			-	-	9	6
			<u>3.728</u>	<u>4.998</u>	<u>22.933</u>	<u>9.498</u>
- Caixas e bancos			<u>288</u>	<u>140</u>	<u>479</u>	<u>1.465</u>
			<u>4.016</u>	<u>5.138</u>	<u>23.412</u>	<u>10.963</u>

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**5. CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber	4.460	353	6.911	19.303
Serviços executados e não faturados	9.010	9.902	42.835	47.852
	<u>13.470</u>	<u>10.255</u>	<u>49.746</u>	<u>67.155</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Estoques de material de construção e peças de manutenção	361	1.214	4.240	6.219
Material de revenda	-	-	4.678	7
	<u>361</u>	<u>1.214</u>	<u>8.918</u>	<u>6.226</u>

7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Azevedo & Travassos S.A. (a)	11.786	11.670	11.786	11.670
ATDI - I	-	-	-	362
ATDI - II	-	-	1.294	1.259
	<u>11.786</u>	<u>11.670</u>	<u>13.080</u>	<u>13.291</u>
Menos - parcela do circulante	-	-	1.294	1.621
Parcelas a longo prazo (b)	<u>11.786</u>	<u>11.670</u>	<u>11.786</u>	<u>11.670</u>

(a) O lote Elísio e o lote 9 foram transferidos do Ativo Imobilizado para o Realizável a Longo Prazo em 2012.

Em 2013 com a conclusão do desmembramento dos terrenos da companhia em Pirituba na matrícula nº 107.267 do 8º Cartório de Registro de Imóveis foram também transferidos os terrenos lotes 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Notas Explicativas

		<u>Controladora</u>	
	<u>m²</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
LOTE Elisio	22.999	3.756	3.742
LOTE 9	30.937	2.687	2.585
LOTE 3	5.465	698	698
LOTE 4	4.343	555	555
LOTE 5	1.348	138	138
LOTE 6	1.536	136	136
LOTE 7	18.144	2.031	2.031
LOTE 8	17.207	1.785	1.785
	<u><u>101.979</u></u>	<u><u>11.786</u></u>	<u><u>11.670</u></u>

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

- (b) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas pagas antecipadamente	10	8	1.257	959
Impostos a recuperar (a)	-	-	3.064	102
Caução de aluguel	61	35	466	650
Caução de obras	-	-	1.353	130
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	229	386
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	215	238
Depósito judicial bloqueado	-	239	107	239
Outras contas a receber	16	-	72	561
	<u><u>87</u></u>	<u><u>282</u></u>	<u><u>6.763</u></u>	<u><u>3.265</u></u>

- (a) Parte do valor em 2014 de R\$ 3.064 (R\$ 102 em 2013) no consolidado trata-se de créditos de material de revenda (ICMS, COFINS e PIS) e retenções (IR e CSLL).

Notas Explicativas

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	99,95	99,95	51.672	46.464	2.664	1.387
Total			<u>51.672</u>	<u>46.464</u>	<u>2.664</u>	<u>1.387</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 2014 de 16.410.500 cotas (13.865.000 cotas em 2013)..

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 51.701 (R\$ 46.491 em 2013) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 2.665 (R\$ 1.389 em 2013). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I) e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II).

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
ATDI - I	99,95	99,95	411	837	(426)	43
ATDI - II	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			<u>421</u>	<u>847</u>	<u>(426)</u>	<u>43</u>

	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013
ATDI - I	401	828	(427)	43
ATDI - II	10	10	-	-
	<u>411</u>	<u>838</u>	<u>(427)</u>	<u>43</u>

Notas Explicativas**10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	487	468	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	8.949	10.084	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital distribuído (d)	-	-	1.976	1.961
- Juros S/ Capital pago	-	-	2.006	1.995
- Juros S/ Capital a pagar (d)	-	-	469	499
- Lucros distribuído (e)	-	-	-	2.499
- Lucros pago (e)	-	-	1.464	1.035
- Lucros a pagar (e)	-	-	-	1.464
- Outras partes relacionadas (f)	-	-	1.148	774
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (g)	-	-	234	199
- Cessão prejuízo fiscal (h)	2.544	-	-	-

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.

(b) Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.

(c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2015.

(d) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 1.976 (R\$ 1.961 em 31 de dezembro de 2013), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2014 ficou saldo a pagar de R\$ 469 (R\$ 499 em 31 de dezembro de 2013).

(e) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, realizou em 30 de setembro de 2013 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) de R\$ 2.499. Esse valor foi compensado com pagamentos feitos para a ATE.

Notas Explicativas

- (f) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (g) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II.
- (h) A Azevedo \$ Travassos S.A. cedeu à Azevedo & Travassos Engenharia Ltda prejuízo fiscal IRPJ e base de cálculo negativo CSLL, através de Instrumento Particular de Cessão e Confissão Dívida de 31 de outubro de 2014. A Azevedo \$ Travassos S.A com esta cessão aumentou o capital na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda , aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2014.
- Honorários dos administradores e benefícios.

Em 31/12/2014, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 2.088 (R\$ 1.942 em 31 de dezembro de 2013), conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	1.959	1.813
- Benefícios (ii)	129	129
- Bônus	<u>0</u>	<u>0</u>
Total	<u><u>2.088</u></u>	<u><u>1.942</u></u>

- (i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).
- (ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2014			Controladora
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2013
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.373	(1.423)	2.950	2.536
Máquinas e equipamentos	10	733	(624)	109	183
Outros	10	426	(210)	216	188
		5.532	(2.257)	3.275	2.907
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(503)	7.312	7.371
		13.869	(2.760)	11.109	10.800

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2014			Consolidado
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2013
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.432	(1.463)	2.969	2.558
Máquinas e equipamentos	10	20.642	(11.481)	9.161	9.961
Veículos	10	15.731	(6.444)	9.287	8.718
Outros	10	8.278	(4.258)	4.020	3.920
		49.083	(23.646)	25.437	25.157
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(503)	7.312	7.371
		57.420	(24.149)	33.271	33.050

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
Edifícios e benfeitorias	3.797	576	-	-	4.373
(-) Depreciação Acumulada	(1.261)	(162)	-	-	(1.423)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(550)	(74)	-	-	(624)
Outros	382	52	(6)	(2)	426
(-) Depreciação Acumulada	(194)	(24)	6	2	(210)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(444)	(59)	-	-	(503)
	10.800	309	-	-	11.109

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
Edifícios e benfeitorias	3.856	576	-	-	4.432
(-) Depreciação Acumulada	(1.298)	(165)	-	-	(1.463)
Máquinas e equipamentos	19.160	1.009	(1.847)	2.320	20.642
(-) Depreciação Acumulada	(9.199)	(1.701)	915	(1.496)	(11.481)
Veículos	13.843	2.274	(386)	-	15.731
(-) Depreciação Acumulada	(5.125)	(1.502)	185	(2)	(6.444)
Outros	7.659	898	(278)	(1)	8.278
(-) Depreciação Acumulada	(3.739)	(679)	157	3	(4.258)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(444)	(59)	-	-	(503)
	33.050	651	(1.254)	824	33.271

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 0 (R\$ 824 em 31 dezembro de 2013) referente ativo não circulante mantido para venda. A redução decorreu da venda da sonda AT-07 no valor de R\$ 436 e com a incorporação da sonda AT-04 e equipamentos auxiliares para outros imobilizados da empresa no valor de R\$ 388.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 22.570, que foram avaliados por R\$ 72.639, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 22 de janeiro de 2014.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/12/2014			Consolidado
		Custo	Amortização	Líquido	31/12/2013
Softwares	20	2.944	(1.940)	1.004	940
		<u>2.944</u>	<u>(1.940)</u>	<u>1.004</u>	<u>940</u>

A mutação do saldo do intangível:

	31/12/2013				Consolidado
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
Softwares	2.527	417	-	-	2.944
(-) Amortização Acumulada	(1.587)	(353)	-	-	(1.940)
	<u>940</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013
. Capital de giro	1,22% a.m.	Janeiro de 2015 a Janeiro de 2016	12.264	6.759
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	-	1.138
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2015 a Março de 2019	1.054	1.426
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2015 a Abril de 2019	1.897	1.109
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2015 a Agosto de 2018	2.774	3.773
			<u>17.989</u>	<u>14.205</u>
Menos - parcela do circulante			<u>14.616</u>	<u>9.890</u>
Parcela a longo prazo			<u>3.373</u>	<u>4.315</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rerratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. Sua quitação ocorreu em Dezembro de 2014.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	1.037	1.750	7.120	6.863
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	-	755
	<u>1.037</u>	<u>1.750</u>	<u>7.120</u>	<u>7.618</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	-	3.252
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.252</u>

Notas Explicativas

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a controlada ATE, aderiu ao programa de reparcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial (NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

QUITACÃO

Com a obtenção dos benefícios concedidos pelo artigo 33 da Medida Provisória 651/2014, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/2014 e considerando-se que o saldo devedor do parcelamento especial, Lei 11.941, celebrado em 2009, perfazia o montante de R\$ 3.634 mil em 30/10/14, a ATE efetuou, nesta data, o pagamento em espécie de R\$ 1.090 mil e utilizou o Prejuízo Fiscal do IRPJ e Base de Cálculo Negativa do CSLL de R\$ 2.544 mil cedidos pela Controladora Azevedo & Travassos S.A quitando, assim, este débito.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Seguros a pagar	-	-	1.019	802
Adiantamento de clientes	-	-	-	25
Outras	51	116	90	322
	51	116	1.109	1.149
Menos – parcela do circulante	51	96	1.109	1.129
Parcelas a longo prazo	-	20	-	20

16. PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

Notas Explicativas

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2014 foram calculados como abaixo:

Cálculo dos dividendos			
Lucro líquido do exercício			7.075
(-) Reserva legal (R\$ 7.075 X 5%)			(354)
(+) Realização de reserva de reavaliação			59
Lucro líquido ajustado			6.780
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$6.780 x 25%)			1.695
Forma de pagamento			
	<u>valor bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>valor líquido</u>
Juros sobre o capital próprio (I)	1.402	(210)	1.192
Dividendos (II)			503
TOTAL			1.695

I) O Conselho de administração em reunião realizada em 05 de dezembro de 2014, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária, deliberou creditar juros sobre capital próprio R\$ 1.402 em 29 de dezembro de 2014 e pagamento em 30 de dezembro de 2014, correspondente a R\$ 0,051939143 por ação, por conta do dividendo mínimo obrigatório de 2014.

II) O dividendo obrigatório é contabilizado no passivo circulante.

c) Retenção de Lucros

A Administração propõe a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 4.875 para reforço de Capital de Giro e também fortalecimento e preservação do seu Patrimônio Líquido. Este reforço é essencial neste momento de escassez de crédito pelo mercado financeiro.

Notas Explicativas**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	8.866	4.355	10.480	5.019
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	427	(51)
Adições:				
- Provisão não dedutível	222	-	822	(21)
- Despesas indedutíveis	860	483	1.648	600
Exclusões:				
- Equivalência	(2.664)	(1.387)	-	-
- Juros sobre o capital próprio	(1.402)	-	(1.402)	-
- Prejuízo Fiscal	(1.764)	(1.036)	(1.764)	(1.036)
Base de cálculo	4.118	2.415	10.211	4.511
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(1.377)	(796)	(3.420)	(1.485)
Incentivo fiscal	67	32	131	67
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	-	(8)
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	(600)	3.957	(600)	3.957
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.910)	3.193	(3.889)	2.531
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	119	130	485	130
	<u>(1.791)</u>	<u>3.323</u>	<u>(3.404)</u>	<u>2.661</u>

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

A administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos da conversão da MP 627, na Lei 12.973, em maio de 2014, e concluiu que a antecipação de seus efeitos para 2014 não trariam impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e assim decidiu não antecipar os seus efeitos conforme a Lei facultada.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos	5.356	5.800	9.985	10.415
Serviços contratados de terceiros	281	198	3.202	3.081
Outros	801	848	2.722	2.773
Total	<u>6.438</u>	<u>6.846</u>	<u>15.909</u>	<u>16.269</u>

Notas Explicativas

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.297 (R\$ 37.229 em 2013), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.648 (R\$ 18.615 em 2013).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2014 as movimentações foram consideradas imateriais.

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2014, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.947 (R\$ 20.091 em 2013), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.979 (R\$ 8.036 em 2013).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2014 as movimentações foram consideradas imateriais.

b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo Circulante	1.268	1.230	1.268	1.230
Passivo Não Circulante	43.322	43.751	43.322	43.751
Total	44.590	44.981	44.590	44.981

- l) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

Notas Explicativas

- II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.
- III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela será calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 44.590 (R\$ 44.981 em 2013)

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia pautada em conduta conservadora resolveu baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER processo nº 203/83, em tramite perante a 4 Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo. Em 31 de dezembro de 2014 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2013).

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, está provisionado o montante de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 2013), e no consolidado R\$ 4.600 (R\$ 4.000 em 2013) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2014
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.933	25	-	1.958	1.958
Possível	35	-	50	85	42
Remota	29	8.180	10	8.219	-
Total	1.997	8.205	60	10.262	2.000

Notas Explicativas**• Consolidado**

Probabilidade de Perda	Processos				2014
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	2.226	33	-	2.259	2.259
Possível	1.526	15	3.081	4.622	2.341
Remota	9.734	9.429	2.562	21.725	-
Total	13.486	9.477	5.643	28.606	4.600

• Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2013
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.561	-	-	1.561	1.561
Possível	95	31	752	878	439
Remota	-	12.385	-	12.385	-
Total	1.656	12.416	752	14.824	2.000

• Consolidado

Probabilidade de Perda	Processos				2013
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.969	-	-	1.969	1.969
Possível	1.937	48	2.077	4.062	2.031
Remota	2.155	13.845	4.304	20.304	-
Total	6.061	13.893	6.381	26.335	4.000

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	2014	exercício	2013	2014	exercício	2013
Trabalhista (a)	1.950	342	1.608	2.988	51	2.937
Fiscal	25	9	16	41	17	24
Cível	25	(351)	376	1.571	532	1.039
Total	2.000	-	2.000	4.600	600	4.000

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na

Notas Explicativas

esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

e.1) HISTÓRICO

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		<u>36.673</u>	<u>36.676</u>
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos (1)	<u>12.469</u>	<u>9.168</u>	<u>3.301</u>
UTILIZADO			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
DIPJ período 2009 - IRPJ e CSLL	81	60	21
DIPJ período 2010 - IRPJ e CSLL	260	191	69
DIPJ período 2011 - IRPJ e CSLL	258	190	68
DIPJ período 2012 - IRPJ e CSLL	388	285	103
DIPJ período 2013 - IRPJ e CSLL	353	258	95
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	600	441	159
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
Total dos valores utilizados (2)	<u>4.767</u>	<u>3.471</u>	<u>1.296</u>
Saldo para ser utilizado (1-2)	<u>7.702</u>	<u>5.697</u>	<u>2.005</u>

Notas Explicativas**e.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2014**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.889	1.389	500
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	8.957	6.619	2.338
em 2011	2.400		
em 2012	2.600		
em 2013	3.957		
TOTAL	8.957		
REVERSÃO			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
sub-total (b)	5.813	4.308	1.505
Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b)	7.702	5.697	2.005

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da companhia estar , gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia procedeu da mesma forma em 31 de dezembro de 2013, apresentando o valor de R\$ 8.957.

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Companhia realizou estudo técnico "Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL", aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2015, no valor presente de R\$ 7.605, superior ao saldo reconhecido do crédito fiscal diferido em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 5.813.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON,

Notas Explicativas

bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2015	660	626
2016	726	652
2017	799	680
2018	879	710
2019	966	739
2020 a 2024	<u>6.489</u>	<u>4.198</u>
Total	<u>10.519</u>	<u>7.605</u>

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2014 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2014 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 2.774 (R\$ 3.773 em 31 de dezembro de 2013), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 3.871(R\$ 5.215 em 2013), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2014	-	2.130
2015	1.957	1.800
2016	1.053	795
2017	604	298
2018	<u>257</u>	<u>192</u>
	<u>3.871</u>	<u>5.215</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada ATE buscando a exclusão do ISS da base de cálculo do Pis/Cofins e a recuperação dos valores recolhidos a maior. Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.12.2014, para a Companhia (ATSA) de R\$ 110 e, para a ATE, de R\$ 3.390. A ação promovida pela ATE foi julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, aguardando atualmente a admissão do recurso apresentado. A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instancia.

Notas Explicativas

h.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na pericia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de calculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse titulo, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do beneficio patrimonial de ambas as demandas.

h.4) Exclusão do ICMS/ISS da base de cálculo do PIS/COFINS Importação.

Ação proposta pela controlada ATE objetivando a exclusão das exações supra mencionados da base de calculo do Pis/Cofins Importação e a recuperação de valores já pagos, julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias. Aguarda-se analise do cabimento do Recurso Especial da Fazenda Nacional. Estima-se o beneficio patrimonial até 31/12/2014 de R\$ 256.

h.5) Precatório Judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da analise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 4.308 mil, em 31.12.2014.

h.6) Multa 10% - FGTS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE, em 29/01/2014, objetivando a declaração judicial de ilegalidade na cobrança da Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), bem como autorização judicial para depositar mensalmente os valores correspondentes a exação discutida. As ações foram julgadas em 1ª Instancia, sendo favoravelmente à Companhia (ATSA) e desfavoravelmente à ATE, se encontrando ambas em grau de recurso. Até 31.12.2014, haviam sido depositados em Juízo, R\$ 33, pela Companhia (ATSA) e R\$ 477 pela ATE.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das projeções empresariais

A Companhia vem participando, ativamente, de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, área em que tem grande tradição e cujos investimentos, apesar dos atuais níveis de crescimento econômico do País, deverão continuar no âmbito federal nos próximos anos. Estimam-se também investimentos neste segmento pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras da Grande São Paulo, região onde a Companhia apresenta boa competitividade.

A sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) trabalha nas áreas de Construção Pesada, Construção Civil, Montagem Eletromecânica (incluindo gasodutos, oleodutos e minerodutos) e Perfuração Direcional Horizontal. A PETROBRAS, concessionárias de gás, mineradoras, concessionárias de aeroportos e indústrias de diversos segmentos fazem parte da Carteira de Clientes da ATE. Devido a atual conjuntura pela qual passa a PETROBRAS, poderá haver uma diminuição no ritmo dos seus investimentos, com a consequente queda nas contratações de obras e serviços para 2015. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas “*on shore*”, acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

A Azevedo & Travassos S.A (ATSA) e a controlada ATE possuem mais de 100 mil m² em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo. Através de subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, serão desenvolvido de projetos imobiliários nessas áreas, visando atender a demanda de imóveis para a população de média e baixa renda.

Em 2014, a Receita Bruta alcançou o valor de R\$ 61.652 mil (R\$ 37.967 mil em 2013), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e de execução de obras para as Prefeituras dos Municípios de São Paulo, de Barueri e de Mogi das Cruzes, DER-SP e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. O incremento da receita bruta em 2014, em relação a 2013, foi de 62,4%. A expectativa para 2015, dentro de um viés conservador, é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 25.000 mil, considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE, o término das obras acima citadas e que novas obras que venham a ser contratadas, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2016.

A Receita Bruta de 2014 da controlada ATE foi de R\$ 316.958 mil, ante o valor de R\$ 283.175 mil ocorrido em 2013, representando um crescimento de 11,9%.

A previsão para 2015 é que a receita se mantenha no mesmo patamar de 2014, ou seja, entre R\$ 300.000 mil e R\$ 350.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações.

A receita bruta do Consolidado em 2014 foi de R\$ 369.198 mil e o registrado em 2013 foi de R\$ 311.377 mil, representado um incremento de, aproximadamente, 18,5%. Para 2015, a previsão é que a receita alcance o montante de R\$ 350.000 mil, dentro do cenário atual do mercado e da premissa de que os contratos em andamento e aqueles em fase adiantada de negociações terão suas realizações confirmadas pelos Clientes no período.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital para Investimentos

A previsão é se investir, em 2015, principalmente na sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, um montante próximo do valor da depreciação anual, na aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para as áreas de Construção Pesada, Montagem Eletromecânica e Furos Direcionais. Valores menores serão aplicados em Tecnologia da Informação, no projeto do Sistema de Gestão Integrada e no treinamento de pessoal.

Dentro deste mesmo critério em 2014, foram investidos R\$ 4.546 mil pela controlada ATE.

Os investimentos serão realizados com capital próprio e com financiamentos de médio e longo prazo, principalmente na modalidade de Leasing, CDC e FINAME.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES

Todas as informações foram prestadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31/12/2014 e no Relatório da Administração.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A., (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azevedo & Travassos S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Azevedo & Travassos S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 005528/O-2

Toshio Nishioka

Contador

CRC-1SP-104.690/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, a proposta da administração de Destinação do Lucro e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2014. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela administração, no Relatório sobre as Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado em 13/03/2015, pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, e tendo presenciado a reunião do Conselho de Administração, que aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras do mencionado exercício e a proposta da administração para Destinação do Lucro, os membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 30 de março de 2015

Endrigo de Pieri Perfetti

Genival Francisco da Silva

Luciano Neves Penteado Moraes

Newton Moscatello

Walter Ramos Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2014.

São Paulo, 13 de março de 2015

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2014.

São Paulo, 13 de março de 2015

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor